



A ressignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azaïs e Quentin Chapus¹

Henrique Costa²

Márcia de Paula Leite³

Raquel Oliveira Lindoso⁴

The Resignification of Self-Employment and Entrepreneurial Rhetoric in France and Morocco: Interview with Christian Azaïs and Quentin Chapus.

La resignificación del autoempleo y la retórica empresarial en Francia y Marruecos: entrevista con Christian Azaïs y Quentin Chapus.

Introdução

Apesar de aparecer com força nos últimos anos, o discurso do “empreendedorismo” tem sua própria genealogia. A onda de desregulamentações e de novas

-
- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
 - 2 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Ifch- Unicamp) – Campinas – Brasil – hen.costa@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-1966-8388>
 - 3 Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas – Brasil – mpleite48@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-9366-7071>
 - 4 Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Ifch- Unicamp) – Campinas – Brasil – raquel.lindoso@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0002-8657-3955>

legislações que visa substituir a categoria desemprego pela de empreendedorismo para fins de políticas públicas, com especificidades locais, surgiu ainda nos anos 1970 na Europa e Estados Unidos, aportou no Chile de Pinochet e alcançou o mundo todo. Ressaltando a precarização do trabalho em nível global, tais saídas de emergência empurraram para o indivíduo a responsabilidade por suas próprias dificuldades em se “recolocar” no mercado de trabalho e, portanto, por sua autogestão. Essas iniciativas foram conduzidas por Estados tanto ao Norte quanto ao Sul global, aprofundando as zonas em que trabalho formal e informal se indiferenciam, criando *instabilidade*, *indeterminação* e *insegurança*. Nesta entrevista, conversamos sobre esses temas com Christian Azaïs, pesquisador do Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE), Cnam-CNRS, Hesam (França), e Quentin Chapus, doutor em sociologia do trabalho pelo mesmo instituto, que apontaram a resignificação do trabalho autônomo, o elogio à empresa e a disseminação do modelo *startup* na França e no Marrocos no quadro atual de fortalecimento da ideia de empreendedorismo e no contexto do neoliberalismo extremado. Pretende-se assim explorar a noção de zonas cinzentas (*zogrís*) como chave de leitura para o repertório empreendedor. A entrevista com o pesquisador *Christian Azaïs* foi realizada via videoconferência, através da plataforma Zoom Meetings. Já a entrevista com *Quentin Chapus* se fez por e-mail. Por fim, gostaríamos de agradecer aos dois pesquisadores *Christian Azaïs* e *Quentin Chapus* pelas trocas acadêmicas e de pesquisa.

Bloco 1: O trabalho autônomo e a sua resignificação.

Entrevistadora 1: *Christian, nós gostaríamos de conversar sobre o trabalho autônomo que sempre existiu tanto na França quanto no Brasil. Atualmente, esses trabalhos por conta própria têm sido glamourizados/ressignificados, como ocorre agora com a noção de empreendedorismo. A que você atribui isso?*

Para começar, vou fazer uma breve retrospectiva do que aconteceu na França a partir da década de 1970. Essa retrospectiva visa a enfrentar os usos frequentes do termo “novo” na história mais recente da França, a partir da verificação da celebração da empresa e, conseqüentemente, do empreendedorismo. A análise em retrospecto deixa muito claro que não há nada de novo, como sugere a celebração e o elogio à empresa. E essa compreensão que se faz no recuo, para capturar o processo, é muito importante do ponto de vista social, político e econômico. No período entre as duas guerras mundiais, a França contava com uma rede de pequenas e médias empresas que foram sendo desmanteladas logo

após a Segunda Guerra Mundial. Esse desmantelamento da rede na França é comparável ao que foi enaltecido anos depois na Itália, com a “descoberta” dos distritos industriais⁵.

O presidente Valéry Giscard d’Estaing (VGE), eleito em 1974, lançou um programa de industrialização de grande envergadura, com plantas gigantescas instaladas em regiões francesas, principalmente no oeste da França, e que até então não tinham um passado industrial. Já a região mais industrializada, mais ao Norte da França, como, por exemplo, a cidade de Lyon, foi impactada e assistiu ao definhamento do tecido industrial pré-existente, tendo como desdobramento várias mudanças drásticas para as populações que viviam naquela região. O fim das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) é uma questão concreta muito relevante.

De um ponto de vista ideológico, a partir da metade da década de 1970, nota-se a predominância do pensamento liberal, que se espalhou na França com a chegada ao poder de VGE e do primeiro-ministro, Raymond Barre, em 1976. Barre, na época, era considerado o melhor economista liberal da França. Durante o governo do presidente VGE, ele foi, ao mesmo tempo, primeiro-ministro e ministro da Economia e Finança. Com isso, a partir de 1974-75, no período conhecido como o “choque petrolífero”, desenvolve-se uma visão liberal da crise e do desemprego.

Na década seguinte, esse movimento se acirrou com a subida dos socialistas ao poder, com a eleição de François Maurice Adrien Marie Mitterrand, em 1981. Nos dois primeiros anos, a política foi mais “socialista”. No entanto, em 1983, houve a mudança do primeiro-ministro. O presidente Mitterrand escolhe o jovem Laurent Fabius, de posição mais liberal.

Esse período inaugura o movimento de “*tournant de la rigueur*” (guinada para o rigor, ou seja, virada à austeridade). E isso correspondeu ao início do enfoque na empresa. Por causa disso, a década de 1980 foi e é considerada na França como a década da empresa, ou seja, a década de redescoberta da empresa. No caso dos países latino-americanos ou da África, esse movimento de guinada para a austeridade corresponde ao período conhecido como o do “Consenso de Washington” e dos planos de ajuste estrutural, realizados no final daquela década.

Nesse período, do ponto de vista do mercado de trabalho, o que se notou é a chegada da flexibilidade. Entre 1986 e 1991, uma série de textos foram publicados na França e na Itália visando a discutir a temática e os tipos de flexibilidade, seja a análise da flexibilização considerada defensiva, seja a flexibilização considerada agressiva. Sendo assim, trata-se de um momento em que se busca tornar

5 Toma-se como referência o estudo de Piore e Sabel (1984).

evidente a expansão e a vigência do mercado, frente ao enfraquecimento do Estado. E isso se dá por meio da agência do Estado, no processo de seu próprio enfraquecimento, ou seja, o Estado facilita o seu definhamento.

Isso acontece em vários países, como, por exemplo, o caso do Reino Unido com Margaret Thatcher, em 1979, nos Estados Unidos com Ronald Reagan, em 1980, e no Chile com Augusto Pinochet, em 1974. O caso do Chile é muito importante porque serviu de laboratório da política econômica de orientação liberal. Essas medidas liberais foram elaboradas por 25 jovens economistas chilenos financiados pelo governo americano. Daí o nome sugestivo de “Chicago Boys”.

Faço esse retrospecto para dizer que o trabalho por contra própria sempre existiu na França, e continuou existindo apesar do ocultamento provocado pelo enfoque nas grandes empresas e desinteresse pelas pequenas empresas. A sociologia do trabalho também contribuiu para esse ocultamento do trabalho autônomo, por meio do olhar mais concentrado nas grandes empresas produtoras de emprego fordista.

Entrevistador 2: *Em 2009, o governo francês tentou favorecer o empreendedorismo, criando o estatuto do trabalhador autônomo. A figura do autônomo permitiu que trabalhadores pudessem atuar como “autoempreendedores” sem direito à seguridade social, ao seguro desemprego e à aposentadoria. Como evoluiu essa figura do trabalhador autônomo?*

De acordo com o que falei acima, no caso da França, em meados da década de 1970, a ideia era “fazer da França um país de empresários”. Nesse sentido, o que estava na mira de Raymond Barre? O alvo eram os executivos desempregados devido ao primeiro choque petrolífero, em 1973, e ao segundo choque, em 1978. A ideia era criar meios para que esses executivos desempregados contribuíssem para o crescimento nacional e para o emprego.

A partir disso, foi criado, por exemplo, o auxílio para os desempregados criadores de empresa, *Aide aux Chômeurs Créateurs et Repreneurs d’Entreprise* (ACCRE). O ACCRE é um estímulo à criação ou à retomada de empresa existente, que trazia implícita uma visão liberal do desemprego, visto como resultado de uma falta de oferta no mercado e não de uma falta da demanda. E, posteriormente, isso contribuiu para o rebaixamento dos salários a partir da segunda metade dos anos 1980.

As políticas de emprego, portanto, evoluíram de uma lógica de integração para uma lógica de apoio ao emprego e à criação de empresas. A lógica da integração foi abandonada a favor dos serviços de apoio, com o objetivo de

transformar as pessoas sem emprego em candidatos a empregos ativos que possam se adaptar às condições do mercado de trabalho⁶. Nesse sentido, elas estão promovendo a restauração do “capital humano” de cada um no mundo do trabalho precário. Essa politização da subjetividade culmina na promoção da figura do empresário, num projeto global de transformação de cada indivíduo num empresário de si mesmo.

Se, já no final da década de 1970, Raymond Barre propôs para os desempregados a criação dos seus próprios empregos, ocorreu depois uma verdadeira guinada, com a multiplicação de incentivos à criação de empresas. A criação do estatuto de autoempreendedor é a resultado desse processo. Com a lei de modernização da economia implementada em 2008-09 pelo presidente Nicolas Sarkozy, o regime de autoempresário se torna uma versão simplificada e menos onerosa da empresa individual, destinada às pequenas atividades. Em termos de faturamento, isso significa 32 mil euros anuais para as atividades de serviço e de 82 mil euros anuais para as atividades comerciais. Além disso, esse dispositivo promove a isenção de algumas contribuições limitadas a uma porcentagem do faturamento e a isenção da *taxe Sur la Valeur Ajoutée* (TVA) e de certas obrigações administrativas. A proposta era de tornar mais fluida a criação de novas empresas comparada à criação de Sociedades Anônimas (SA). A ideia geral por trás disso tudo é, mais uma vez, a de que os executivos criam os seus próprios empregos.

Ou seja, a ideia foi tornar viável empreendimentos que, sem esse apoio, não existiriam e se baseou numa propaganda que transmitia uma visão favorável do empreendedorismo: os estudantes, os assalariados, os funcionários públicos e os jovens podem de agora em diante se lançar na aventura empresarial graças a uma simples declaração de atividade. Veja que os desempregados não são mais mencionados e isso mirava dar uma visão positiva da lei. E a renda obtida por essas pessoas poderia ser acumulada com prestações sociais, como, por exemplo, a aposentadoria ou renda mínima – *Revenu de Solidarité Active* (RSA), antigamente *Revenu Minimum d’Insertion* (RMI), seguro-desemprego. Nos bastidores de tudo isso, existe uma política social ativa.

Esse programa foi considerado um remédio à crise, baseado na ideia do *self-help*, ou seja, “salve-se quem puder”. Tudo isso significou a passagem de um referencial do assalariamento valorizado para todos e todas a um modelo de promoção da independência para todos e todas. Essa passagem significou a institucionalização das políticas de encorajamento à criação de empresas, baseada num amplo consenso político sobre a necessidade de realizar reformas na França.

6 Sugere-se como referência o texto de Divay (2012).

Entrevistador 2: *Como foi o impacto da pandemia sobre esses trabalhadores? Eles receberam algum tipo de auxílio governamental suficiente para lhes permitir manter o rendimento durante a crise sanitária?*

No final de 2019, havia 1,71 milhão de autoempresários na França, o nível mais alto desde a criação do dispositivo em 2009, no governo Sarkozy. Porém, desse total, apenas 50% é “economicamente ativo” e com faturamento positivo. É um fenômeno muito parecido com o que acontece no Brasil, em relação à criação de empresas com pouquíssimo tempo de vida útil (mais ou menos seis meses). Ou seja, essa atividade de autoempresário é tão somente um complemento a uma renda oriunda do setor formal ou da renda familiar.

Com a pandemia, a situação se tornou mais grave: a abertura de empresas aumentou 4% em 2020 em relação a 2019, atingindo um novo patamar, segundo dados do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE)*⁷, publicados no dia 3 de fevereiro de 2021⁸. Em 2020, foram criadas 848.200 empresas. Esse aumento se deve principalmente às empresas individuais matriculadas sob o regime de microempresário: 547.900 novas empresas em 2020, ou seja, 9% a mais do que em 2019. O setor que apresentou o maior incremento foi o dos “transportes e armazenamento”, que cresceu 22% em um ano.

Com o fechamento dos restaurantes e dos comércios, o setor de entrega a domicílio explodiu. Com o surgimento de 101.100 novas empresas em 2020, esse setor responde por 12% do conjunto das empresas abertas. Segundo o Insee, ocorreram 22.400 criações de empresas nessa atividade sob o regime de microempresário, o que corresponde ao estatuto dos trabalhadores das plataformas (*Deliveroo* e o *Uber Eats*, especialmente). São 37% a mais do que 2019.

O setor imobiliário é o segundo setor que mais contribuiu com a alta global das novas aberturas em 2020, com um crescimento de 10% das matrículas. Outro setor que apresentou aumento na criação de empresas é o comércio, com o crescimento de 9%. E esse aumento tem muito a ver com as atividades de venda à distância.

Em compensação, as criações de empresas clássicas caíram 13% no ano 2020. Ou seja, há esse duplo movimento de aumento que, por um lado, é o crescimento de empresas nesta atividade sob o regime de microempresário e, por outro lado, a queda da criação de empresas clássicas. Mais globalmente, segundo o

7 O Insee na França tem um papel semelhante ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

8 O documento “*Un nouveau record de créations d'entreprises en 2020 malgré la crise sanitaire*”. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/5016913>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Insee, o crescimento na criação de empresas concerne à maioria das regiões da França, exceto nas ilhas de Córsega e Martinica.

Sobre a relação entre empreendedorismo e imigração, eu penso que o exemplo mais gritante é o do aluguel de licenças, como, por exemplo, o *Deliveroo* e o *Uber*, por indivíduos recém-chegados à França. Essas pessoas passam a trabalhar por conta de outrem, através do repasse de licenças com cobranças de percentual que variam entre 30 e 50% do preço da licença. Essa relação aparece, por exemplo, no filme *La nuit venue*⁹, que relata a chegada de imigrantes em condições de extrema vulnerabilidade, e que expressa a dificuldade para pagar a dívida adquirida no traslado de migração. Também vale lembrar das cuidadoras, visto que existem plataformas que pedem para que elas se registrem como autoempresárias. E essas cuidadoras são migrantes, sobretudo, vindas do Leste Europeu ou da África. De modo geral, trata-se basicamente de pessoas sem documento, entre as quais se encontram muitas mulheres. De fato, são exemplos de um tipo de vínculo entre imigração e empreendedorismo, com lógicas relacionadas à base de valores de individualização, auto responsabilização, *self-help*, ou seja, “salve-se quem puder”, e empoderamento (*empowerment*).

Entrevistadora 3: *Quentin, gostaríamos que você explicasse qual é o significado de espírito de startup no Marrocos, bem como quais são as características das associações, incubadoras e outras redes institucionalizadas que fomentam o espírito de startup. Também gostaríamos de saber se você considera que há uma relação entre empreendedorismo e individualização.*

O que eu considero como o *espírito de startup*, e que algumas pessoas chamam de ideologia californiana, não nasceu no Marrocos, mas sim no Vale do Silício, e tende a se espalhar por todo o mundo. Ele é, de fato, a apologia da livre iniciativa, que é associada às crenças ocidentais de modernidade e do progresso.

Há, de fato, por detrás da *startup*, a dimensão da “inovação”, e isso significa responder a uma nova necessidade, ou responder a uma necessidade existente de uma nova forma, participando, assim, da dinâmica do sistema capitalista na versão positivada/ressignificada/glamourizada. Nesse sentido, os valores que compõem o espírito de *startup* são: liberdade, criatividade, mobilidade, responsabilidade ou, ainda, sucesso. No Marrocos, esse espírito é difundido por muitos atores, sobretudo associações e incubadoras.

9 Disponível em: <<https://www.hebdovinchine.com/la-nuit-venue-film-mafia-chinoise-france/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Há cerca de dez anos, associações como o *Enactus* ou *Startup Maroc* se estabeleceram em universidades marroquinas com a missão de “sensibilizar” os estudantes para o espírito de empreendedor/empresarial. E, nesse caso, o objetivo era, de certa forma, mostrar o caminho “certo” à *juventude diplomada*: mostrar que é possível ser empresário – em vez de escolher o caminho tradicional da função pública –, mas ser empresário de uma forma particular: criando empresas e “inovando”. As incubadoras e as associações surgiram então para ajudar no desenvolvimento de *startups* ou *startups* sociais.

Essas associações e incubadoras são largamente financiadas por agências de cooperação internacional (USAID, British Council etc.), empresas multinacionais (Samsung, Microsoft etc.) ou fundações filantrópicas (Drosos, por exemplo), mas também pelas autoridades públicas marroquinas, que encorajam e apoiam esse movimento. De fato, o governo central é particularmente atraído pela retórica em torno das *startups*, especialmente no que diz respeito ao seu suposto papel no crescimento e na criação de empregos. Desse ponto de vista, existe uma verdadeira proximidade entre o empreendedorismo e a individualização. Ao promover a criação de empresas, o Estado marroquino pretende enviar uma mensagem clara aos jovens, especialmente aos mais instruídos: o seu destino está em suas mãos. Ou seja, “inovem” e não esperem que o Estado crie um emprego para você ou que lide com problemas sociais. Esta é uma estratégia para sair de cena e envolver individualidades, que é uma característica central do neoliberalismo tal como definido por Michel Foucault.

Entrevistadora 1: *Quentin, queremos conhecer quem são os empreendedores no Marrocos. Na sua tese de doutorado, você trabalhou com a metodologia de trajetórias. Você pode nos falar qual é a trajetória social e familiar dos empreendedores? E quais os principais anseios e motivações? E, por fim, por que eles empreendem?*

Entre os meus informantes da pesquisa, os criadores de *startups* no Marrocos são bastante jovens, com idade média de 28 anos, de classe média ou meios abastados, que cresceram em áreas urbanas e que são, especialmente, muito bem-educados.

Embora a mensagem em torno das *startups* seja muito inclusiva, já que “todos podem ser empresários”, a realidade é que as *startups* no Marrocos são um fenômeno muito elitista e muito limitado aos territórios marroquinos de Rabat e Casablanca, que são as capitais política e econômica do país. E essas características não são aleatórias, obviamente. Em primeiro lugar, porque o

empreendedorismo, especialmente com a ambição de inovar, é uma atividade arriscada – voltarei a este assunto mais tarde – e que requer competências, mas também, e acima de tudo, capital econômico e social. Em segundo lugar, porque o papel das incubadoras e das outras associações que mencionei anteriormente é central: ao optar por se instalar em grandes centros urbanos, as associações e incubadoras ajudam a criar dinâmicas diferenciadas nos territórios. Há muito tempo que sabemos que as pessoas que criam uma empresa, qualquer que seja o país, geralmente o fazem perto do seu local de residência. É o caso do Marrocos, onde quase todos os meus informantes de pesquisa instalaram os seus negócios a menos de 80 quilômetros da sua casa, em locais onde existem incubadoras e outras estruturas que podem ajudá-los nos seus esforços.

No que diz respeito às suas motivações e lógicas de ação, interessei-me particularmente em desconstruir a imagem de atores obcecados com o enriquecimento. Os empresários marroquinos não estão especialmente interessados em maximizar o lucro e em acumular capital econômico. Por exemplo, o termo “lucro” aparece em apenas uma das entrevistas. É muito mais frequente a procura por uma forma de independência e liberdade. Isto também se refere à questão anterior sobre individualização: o empreendedorismo, na forma valorizada de *startup*, é uma maneira de ser reconhecido socialmente na sua individualidade.

É preciso inserir isso no contexto marroquino, no qual a família é uma entidade social muito marcante e que exerce um impacto relevante nas trajetórias individuais. Para muitos dos pesquisados, a criação de uma *startup* é uma forma de se afirmarem perante a sua família, na medida em que, muitas vezes, os informantes vão contra o que foi planejado pelos seus pais, visto que geralmente a família projeta para os seus filhos um cargo como funcionário público, engenheiro ou médico. Criam, então, a sua empresa como uma forma de fortaleza, ou um “reino privado”, para citar Schumpeter: é o “seu” espaço social, dentro do qual podem decidir e já não se encontram numa posição de dominados como ocorre na família.

Bloco 2: A noção de Zona Cinzenta como chave de leitura para o empreendedorismo.

Entrevistadora 3: *Christian, você tem se dedicado à elaboração da noção de zonas cinzentas a partir de pesquisas comparativas no Brasil e na França. Você poderia nos falar sobre essa noção?*

A elaboração do conceito de zonas cinzentas é realizada por um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras engajados no programa de pesquisa *Zogris*. Esse programa conta com a participação de sociólogas e sociólogos do trabalho, como Cinara Rosenfield (UFRGS), de economistas, como Liana Carleial (UFPR), e juristas, como Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva e Rodrigo Carelli (UFRJ).

O conceito parte da constatação de que o trabalho é uma variável de ajuste das políticas neoliberais, tanto na França quanto no Brasil, através, por exemplo, dos rebaixamentos dos salários em detrimento da taxação dos mais ricos.

Inicialmente, tratava-se de dar conta de uma insatisfação em relação a categorias analíticas para descrever as transformações do trabalho e realidades socioeconômicas em diversos países, tanto do Sul quanto do Norte do globo. O ponto de partida foi o desenvolvimento do estudo das relações de emprego e relações de trabalho na França, Brasil e Estados Unidos. E essa pesquisa durou quase cinco anos. Hoje, o programa da zona cinzenta tem quase dez anos de existência e há vários desdobramentos em curso.

Essa noção entende, portanto, que as categorias herdadas do “compromisso fordista”, no período dos “Trinta Anos Gloriosos” (entre os anos de 1945-75), não se revelavam mais pertinentes, já que estavam baseadas nas dicotomias assalariado *vs.* independente, formal *vs.* informal, autônomo *vs.* subordinado, rígido *vs.* flexível etc. Para nós, havia, e continua existindo, uma série de situações em que essas dicotomias não davam e não dão conta. Em resumo: a realidade é mais complexa!

A intuição da zona cinzenta (*zogris*) e da hibridização, discutida por mim e Liana Carleial em artigo publicado pela revista *Cadernos CRH*¹⁰, está inspirada pelos trabalhos que eu havia feito no Brasil na ocasião da minha tese de doutorado, defendida em 1984, sobre as atividades informais na região Nordeste, mais precisamente nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, no estado de Pernambuco, e São Bento, município do estado da Paraíba. Naquela ocasião do doutoramento, eu incluí aspas ao termo informalidade, já para demarcar que não havia a existência de fronteiras fixas entre o formal e o informal.

A zona cinzenta é uma noção que questiona o emprego e as relações laborais e sublinha a incerteza que lhes é hoje inerente. É um fenômeno visível tanto no Norte como no Sul. O Sul, por sua vez, tem sido considerado como um laboratório para o que aconteceria no Norte¹¹, ou como um precursor de

10 O artigo citado compõe o dossiê “Globalização e Trabalho”, do periódico *Cadernos CRH*.

11 Toma-se como referência os textos de Beck (1999) e de Guimarães (2007).

mudanças nas formas de trabalho, quando não tem sido utilizado como co-baia para experiências, como, por exemplo, no Chile de Pinochet e dos *Chicago boys*. Assim, não só a organização do trabalho herdada do período fordista, mas também a forma como foi imaginada têm sido minadas por ataques sucessivos aos fundamentos do Estado Providência e dos sistemas de proteção social, uma constante desde os anos 1980, mesmo que os processos não sejam uniformes entre países e períodos¹².

Independentemente da abordagem científica adotada, é mencionada na literatura a presença de uma zona cinzenta, o que corrobora a ideia de que, quando se trata de integração no mercado de trabalho, fica difícil distinguir entre situações. Isso diz respeito a todos os países, em proporções variáveis, o que exige análises comparativas. A Itália tem sido frequentemente apontada como uma precursora, tanto em termos de situações concretas, quanto da sua análise, daquilo que outros países europeus viriam a conhecer. Esse foi novamente em parte o caso da reforma do mercado de trabalho levada a cabo pelo governo Renzi (*Job Act*, 2014), que antecipou a adoção altamente controversa da Lei do Trabalho pelo primeiro-ministro Manuel Valls na França (em agosto de 2016) e, posteriormente, das “Emendas Macron”, em setembro de 2017.

Uma das críticas à reforma de Macron diz respeito à crescente individualização a que as pessoas ficaram sujeitas. Isso se manifesta em várias ocasiões no texto da lei e encontra a sua principal expressão no *Compte Personnel d'Activité* (CPA), que foi introduzido em 1º de janeiro de 2017. Esse sistema, “destinado a ajudar os trabalhadores a construir o seu percurso profissional [...] porque surgiram novas formas de emprego, na fronteira entre o emprego assalariado e o trabalho independente”¹³, tem em conta os percursos profissionais cada vez mais fragmentados, constituídos por períodos de emprego, desemprego, formação, inatividade, mas também por novas formas de trabalho e novas ocupações. A intenção pode ser boa, mas não considera o fato de que será difícil para o trabalhador e trabalhadora fazer valer os seus direitos.

A noção de zona cinzenta dá particular importância aos processos micro-políticos ou de microinstitucionalização, que, em todos os níveis e escalas, contribuem para o desenvolvimento de novas regulamentações laborais e de emprego¹⁴. É, portanto, um dos elos na compreensão da mudança institucional que as várias formas de emprego e trabalho, sejam elas emergentes ou

12 Sugere-se consultar Azais (2016).

13 Disponível em: <<http://travail-emploi.gouv.fr/grands-dossiers/cpa/article/le-cpa-en-bref>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

14 Toma-se de referência o texto de Bureau e Dieuaide (2018).

não, estão sofrendo. Há uma diversidade de trajetórias, emaranhamento, sobreposição de atividades formais e informais... estamos longe de uma visão uniforme do universo do emprego e das relações laborais. No caso, a noção de “incoerência entre instituições e práticas”¹⁵ é muito provocadora, pois deixa claro que não se trata de coerência *vs.* incoerência. A incoerência tem a ver com um certo afinamento, desmantelamento que acontece aos poucos, e que nos obriga a deslocar o nosso foco de análise. Para mim, os fenômenos ligados à uberização nos convidam à reflexão a partir desse deslocamento do olhar, por exemplo.

Tudo isso nos levou a descrever como cinzentas as áreas em que trabalhadores, empregados ou empregadores investem e que se encontram dentro dos interstícios da lei. São a expressão de processos de ajustamento, de recomposição, em que todos os protagonistas, institucionais, não institucionais, coletivos, individuais, reconhecidos ou não, participam no desenvolvimento de novas regras que afetam o emprego e as normas laborais. Nesse sentido, a zona cinzenta se assemelha a um espaço instituinte, em que “contestação, revolta, imaginação, inovação” são expressas¹⁶.

Considerar a zona cinzenta como um espaço instituinte é insistir na indeterminação radical, irredutível à relação dos trabalhadores uns com os outros e às condições gerais da organização e implementação da sua própria atividade. E, sendo assim, tem a ver com o empreendedorismo. Significa também pensar que os lugares estão em movimento, que a dinâmica das interações entre os componentes da atividade laboral se expressa aí, dando origem a desconstruções, recomposições, flexibilidade, novas formas etc. Tudo isso são mecanismos que participam na tentativa de transcender as dicotomias que mencionei acima: empregador *vs.* empregado, empregado *vs.* auto-empregado, público *vs.* privado, formal *vs.* informal etc.

Assim, a instituição do espaço parece ser o resultado de uma dinâmica específica da globalização – marcada por processos de uniformização, mas sobretudo de diferenciação – que sublinha a variedade de configurações que estão a se romper ou a seguir os quadros nacionais tradicionais de regulamentação da relação de trabalho. Isso se reflete na ação de múltiplos atores – empresas, membros da sociedade civil, territórios – e, portanto, numa tendência para se concentrar em processos micropolíticos. Em suma, a zona cinzenta indica a dinâmica de institucionalização das práticas face à incerteza resultante da

15 Visão salientada por Azais e Dieuaide (2020).

16 Cita-se Lourau (1975).

interação dos atores. Três palavras resumem o conceito de zona cinzenta: *instabilidade, indeterminação e insegurança*.

A partir disso, essa noção ajuda a entender o empreendedorismo por meio do papel do direito e do Estado nessa relação. Como diz a jurista Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, “o Estado é cúmplice da desregulação, ao legislar e ao reinterpretar as regras, corrobora paradoxalmente a individualização e a contratualização das relações de trabalho”. Ou seja, é a ideia de que o Estado é produtor de zonas cinzentas, nas quais estaria presente a expansão do empreendedorismo.

Entrevistadora 3: *Quentin, a partir da sua pesquisa, como você analisa a existência ou não da instabilidade, indeterminação e a insegurança na vida laboral dos empreendedores no Marrocos?*

A instabilidade é de fato muito elevada, porque as empresas inovadoras estão particularmente expostas à concorrência e vão à falência rapidamente após sua criação. Esta instabilidade no emprego cria uma forma de insegurança, em primeiro lugar, de ordem financeira, visto que existe um elevado risco de perda de todo o capital investido. Este tipo de insegurança é, no entanto, provavelmente o menos problemático, porque, como disse anteriormente, os *startupper*s vêm de origens bastante abastadas, e os riscos financeiros não são centrais para eles, que podem se dar ao luxo de irem à falência, ao menos uma vez.

No entanto, essa instabilidade cria uma segunda forma de insegurança, que eu chamaria de “social”. Eu disse acima que o empreendedorismo era uma forma de criar o seu próprio espaço social e de se afirmar perante os seus pais. No entanto, quando a empresa vai à falência, o empresário pode se encontrar numa situação social complexa, pois é colocado na posição de quem “cometeu um erro” ao escolher ser um empresário/*startupper*. Sendo assim, há três cenários possíveis: (I) o empresário é convocado para retornar à família da qual queria se emancipar, porque a falência é o mesmo que admitir o seu “fracasso”. Neste caso, o empreendedorismo é um caminho temporário, mas provavelmente ou permanentemente abandonado em favor do caminho planejado pelos pais. Em resumo, a emancipação da família é abortada, por não ter sido capaz de manter vivo o próprio negócio que era a condição da sua emancipação; (II) o empresário que falhou é rejeitado pela família, uma vez que, no momento da criação de uma empresa, correu o risco de se distanciar demasiado dos seus pais que decidiram não o apoiar na situação de falência. A individualização se torna, então, o isolamento, e isso pode levar ao exílio,

como, por exemplo, a emigração para países estrangeiros, ou à bifurcação total de um ponto de vista profissional; e (III) o empresário foi capaz de obter da sua família a aceitação do seu caminho e pode conseguir, apesar de um primeiro fracasso, continuar a sua trajetória empreendedora criando uma segunda empresa. Assim, existe uma forte indeterminação nas trajetórias dos *startupper*s que podem conduzir a muitas direções diferentes de um ponto de vista profissional.

No final, são poucos aqueles que permanecem empresários na forma de *startupper*s.

Entrevistador 2: *Christian, de que maneira a noção de zonas cinzentas trata os ilegalismos?*

Sim, os ilegalismos¹⁷ são relevantes no sentido dos embaralhamentos das fronteiras entre o legal e o ilegal, o formal e o informal e agenciamentos híbridos que colocam desafios teóricos, empíricos e metodológicos para o entendimento das realidades sócio-urbanas e sócio-políticas atuais e do mundo do trabalho. E são importantes porque apontam para a porosidade das fronteiras e deslocamentos constantes de suas delimitações. Gostaria de trazer um exemplo que considero muito esclarecedor dessa porosidade de fronteiras. É o caso da produção de novas drogas sintéticas. Nessa produção, é necessário trocar apenas uma molécula para se ter um novo produto que escapa à Lei. Esse novo produto fica situado numa zona cinzenta em que não há Lei, e, assim, sublinha as fronteiras da Lei como campo de disputa entre interesses divergentes, que podem às vezes se combinar ou não.

Em resumo, a zona cinzenta tem especial interesse por aquilo que está em movimento, ou seja, presta atenção ao processo e à dinâmica. Do ponto de vista metodológico, isso é um enorme desafio, porque é difícil captar o movimento. Daí a ideia de dinâmica e zona cinzenta. E é a partir disso que se defende a noção de espaço instituinte ao invés de espaço público, como já mencionei acima.

Entrevistadora 3: *Christian, para finalizar, nós gostaríamos de retomar o tema da hibridização nas relações de emprego e trabalho no Brasil e na França. Você pode explicar melhor a importância da hibridização para a noção de zonas cinzentas?*

17 Retoma-se o livro organizado por Azais, Kessler e Vera Telles (2012).

A hibridização¹⁸ sublinha a mudança na relação de emprego e de trabalho nas sociedades contemporâneas, já que a distinção entre “trabalho assalariado” e “trabalho não-assalariado” não é mais operacional. O primeiro (trabalho assalariado) se revestiria de todas as prerrogativas ligadas ao Estado-providência; o segundo (trabalho não-assalariado), não. Com isso, a noção de hibridização questiona a subordinação inerente à relação de emprego. E, de um ponto de vista teórico, questiona a segmentação do mercado de trabalho.

A hibridização visa a dar conta das diferenciações nas situações de “*mise au travail*”, ou seja, de inserção no mercado laboral. Essas diferenciações que se processam em um *continuum* que invalida toda a leitura dicotômica das relações de trabalho e de emprego. É o caso, novamente, do enfrentamento às velhas oposições entre empregador vs. empregado, empregado vs. auto-empregado, público vs. privado, formal vs. informal etc. E, por causa disso, a hibridização tem uma ligação intrínseca com a noção de zonas cinzentas. E a ligação é, também, com as noções de poliatividades e de pluriatividades.

No caso do Brasil e da França, e em se tratando de processos, fica difícil saber quais são as principais diferenças e semelhanças. Parece-me que os caminhos são semelhantes, mas partindo de posições diferentes. Digo isso porque, notadamente, o Estado de Bem-Estar é mais completo na França comparado ao Brasil. Há também o peso do colonialismo e das relações de dominação no caso brasileiro. Porém, embora as posições sejam diferentes, a noção de hibridismo, que é intrínseca às zonas cinzentas, permite estabelecer comparações.

Entrevistadora 1: *Quentin, para fecharmos, nós gostaríamos de saber qual ou quais as conclusões da sua tese sobre startups e empreendedorismo no Marrocos.*

As *startups* não têm existência legal no Marrocos. São empresas com uma forma jurídica identificada como as empresas “tradicionais”. Por outro lado, é uma categoria ativamente construída e legitimada por um conjunto de atores. Em primeiro lugar, é o Estado que reutiliza o termo *startup* em vários sistemas públicos. Essa é uma forma de distinguir as chamadas empresas “inovadoras” das outras, porque as *startups* supostamente criam mais crescimento, mais empregos e permitem soluções tecnológicas mais eficientes.

Se resumíssemos, poderíamos dizer que *startup* é sinônimo de desempenho, do ponto de vista do Estado. Essa categoria, que gradualmente ganha

18 Sugere-se o acesso ao Dicionário de Sociologia “*Les zones grises des relations de travail et d'emploi*”. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/dictionnaire/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

reconhecimento por parte do Estado, é amplamente recuperada por estruturas de apoio como as incubadoras, que também reivindicam o espírito de *startup*, e que distinguem as *startups* de outras empresas baseadas em critério próprio e através da organização de concursos ou prêmios. Existe, portanto, a construção de uma definição institucional de *startup* através do papel do Estado e dessas estruturas de apoio. Essa definição tende a se impor no terreno e nas representações, uma vez que muitos empresários se definem agora como *startupper*s.

Alguns dos entrevistados passaram muito tempo para definir o que os tornaria um *startupper*, diferente de um empresário mais tradicional: o gosto pelo risco, pela inovação etc. Assim, sentimos que existem também questões de distinção em nível individual. Isso pode ser explicado pelo fato de que, durante muito tempo, a criação de um negócio foi bastante desvalorizada socialmente no Marrocos. No topo da pirâmide social, a criação de um negócio esteve, de fato, associada às ligações políticas ou mesmo ao clientelismo. No extremo dessa pirâmide social, os empresários eram vistos mais como “sobreviventes”, pequenos empresários sem muitas qualificações que empreendem negócios por necessidade. Afirmar-se como *startupper* é uma forma de se distanciar de todas essas representações de conotação negativa, visando a promover outra identidade, dessa vez muito mais valorizada e ancorada num capitalismo globalizado e desterritorializado.

Referências:

- AZAÏS, Christian. “Dé-segmentation du marché du travail et autonomie”. In: BOUTILLIER, Sophie; UZUNIDIS, Dimitri. (dir.). *Travailler au 21ème siècle, nouveaux modes d’organisation industrielle et spatiale du travail*. Paris, De Boeck Université, 2006, pp. 113-127 (Collection économie, société, région).
- _____. KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.
- BECK, Ulrich. *O que é Globalização?* Equívocos do globalismo, respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. “Institutional change and transformations in labour and employment standards: analysis of ‘grey’ zones”. *Transfer*, v. 24, n. 3, 2018, pp. 261-277.
- CARLEIAL, Liana; AZAÏS, Christian. Mercados de Trabalho e Hibridização: uniformidade e diferenças entre França e Brasil. In: *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, vol. 20, n. 51, pp 401-417, 2007.
- DIEUAIDE, Patrick; AZAÏS, Christian. Platforms of work, labour, and employment

- relationship: the grey zones of a digital governance. *Frontiers in Sociology*, v. 5, fev. 2020, pp. 01-14.
- DIVAY, Sophie. Les réalités multiples et évolutives de l'accompagnement vers l'emploi. In: *Informations*, n. 169, 2012/1, pp. 45-54.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. La 'brésilianisation' de l'occident. *Revue Tiers Monde*. Argentine, Brésil: sorties de crise? Paris, n. 189, 2007, pp. 155-174.
- LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. [S.L.], Basic Books, 1984.

Recebido em: 08/07/2021

Aprovado em: 06/09/2021

Como citar esta entrevista:

- COSTA, Henrique; LEITE, Márcia de Paula e LINDÔSO, Raquel Oliveira. A ressignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azaïs e Quentin Chapus. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 971-987